



Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP

CNPJ nº 58.518.069/0001-91

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

INTRODUÇÃO

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. gerencia a transporte entre os municípios que compõem as Regiões Metropolitanas do Estado: São Paulo (RMSP), Baixada Santista (RMBS), Campinas (RMC), Vale do Paraíba/Litoral Norte (RMVPLN) e Sorocaba (RMS). São 134 cidades e mais de 30 milhões de habitantes. A EMTU/SP é uma sociedade anônima integrante da administração indireta do Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria de Estado de Transportes Metropolitanos (STM).

GESTÃO DO TRANSPORTE METROPOLITANO 1.1. POR REGIÃO

Região | **Concesionária** | **Objeto** | **Municípios**

Área 1 Sudeste	Interviews	Linhas Regulares (Comuns e Seletivas)	Cotia, Embu das Artes, Embu Guaçú, Itapeví, Serra de São Leopoldo, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra, Vargem Grande Paulista.
			Barueri, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itapeví, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba.
Área 2 Noroeste	Anhangüera	Linhas Regulares (Comuns e Seletivas)	Arujá, Guarulhos, Mairiporã, Santa Isabel.
			Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Suzano.
Área 3 Nordeste	Internorte	Linhas Regulares (Comuns, Seletivas e Sist. Aeroporto)	Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo.
			Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Suzano.
Área 4 Leste	Unileste	Linhas Regulares (Comuns e Seletivas)	Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo.
			Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo.
Área 5 Sudeste	NEXT	Linhas Regulares (Comuns e Seletivas)	Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo.
			Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo.

* Por meio do Termo Aditivo n°13 ao Contrato 020/97, assinado em março de 2021 com a ABC Sistema de Transporte SPE S.A. (NEXT Mobilidade), as linhas de ônibus remanescentes da Área 5, anteriormente operadas por 16 permissionárias, foram assumidas na sua totalidade em março de 2022 pela NEXT.

CARTÃO TOP foi implementado em 2021 contribuindo para a modernização dos meios de pagamento dos transportes coletivos. A principal característica dessa plataforma foi trazer todas as aplicações num mesmo cartão: senão, escollar meia-tarifa, escollar passe livre, vale-transporte e comum; diferentemente do seu antecessor, o cartão BOM, que para cada aplicação exigiu um cartão exclusivo.

Possui duas modalidades: o **Puro Transporte**, exclusivo para pagamento de tarifa ou o **Híbrido**, também cartão Mastercard e conta digital, que além de usá-lo no transporte público, também pode ser utilizado para pagamento das compras em qualquer loja física ou online nas funções débito e crédito.

Existente ainda o **TOP Especial** é um cartão de aplicação individual que concede descontos nos ônibus da EMTU ao passageiro PCE, sem outra aplicação consistente.

Além de ser utilizado em todas as linhas da EMTU desde março de 2022, o cartão TOP é aceito nas linhas do Metrô e da CPTM, com desconto nas integrações. Ele também é aceito nos ônibus municipais de Arujá, Cotia, Rio Grande da Serra e Taboão da Serra. A bilheteagem TOP também possibilita o pagamento da tarifa do transporte por meio do QR Code (link que impresso nas estações do Metrô e da CPTM, e a partir de 2023, de cartões de débito e crédito sem contato nas linhas da EMTU/SP.

Atualmente são mais de 2,4 milhões de cartões TOP ativos (48,8% Puro Transporte e 51,6% Híbrido). Em dez/21, a receita tarifária com a bilheteagem TOP era de R\$ 121,8 milhões passando para R\$ 200,5 milhões em nov/23.

BRT ABC com obras iniciadas no final de 2022, o BRT ABC é um sistema rápido de ônibus elétricos, que conectará os municípios de São Caetano, São Bernardo do Campo e Santo André à capital paulista. A frota de 92 veículos elétricos (não poluentes) e beneficiará cerca de 173 mil pessoas por dia em seus três terminais e 16 estações. A implantação está a cargo da concessionária NEXT Mobilidade que investirá R\$ 860 milhões.

Visando subsidiar a EMTU/SP na fiscalização das obras deste empreendimento, foi contratado o Consórcio BRT-SIT para prestar apoio nessa atividade, dentre outras funções: regular e fiscalização.

A 1ª fase das obras, que corresponde ao trecho de 3,8 km do Terminal São Bernardo até a Avenida Lauro Gomes, no cruzamento com a Avenida Winston Churchill, possui 2,6 km de pavimento rígido em concreto armado, e destes 1,5 km de barreira de segurança do tipo New Jersey. Também foi construída a Parada Metrópole. (dez/23)

A Fase 2, não iniciada, em um trecho de 13,5 km, 2 terminais e 13 paradas, possui maior complexidade devido às Obras de Arte necessárias. A Next Mobilidade já cumpriu a maior parte das exigências da CETESB, restando ainda algumas pendências em relação à supressão de vegetação e às áreas contaminadas, já em fase final de regularização.

NOTÍCIAS
Em junho de 2023, as linhas da RMSP começaram a aceitar pagamento da tarifa por aproximação de cartões de crédito ou débito, celulares e smart-watches.

Em agosto, através de parceria com a USP, foi dada continuidade ao projeto da primeira estação de abastecimento de hidrogênio renovável a partir do etanol no mundo. Essa medida viabilizará a realização de testes com um ônibus movido a hidrogênio dentro do campus da universidade na cidade de São Paulo.

Ao longo do ano, foram realizadas discussões com o Consórcio Anhangüera visando à implementação do Plano de Operação Estrutural do Corredor Metropolitano Itapeví-Osasco, garantindo um serviço de qualidade à população por meio da melhoria da operação, tecnologia veicular, acessibilidade, confiabilidade e eficiência.

Ainda, no campo operacional, houve intensificação da operação e extensão de mais de 30 linhas para amenizar o impacto da paralisação que afetou as linhas do Metrô e da CPTM, e a partir de 2023.

* **Região Metropolitana da Baixada Santista**
A RMBS é formada por 9 cidades e por elas circulam 63 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum, Seletivo e VLT. São operadas com uma frota planejada para os dias úteis de 468 ônibus (fonte: Gerências Regionais) e 22 veículos Leves sobre Trilhos (VLTs) que em 2023 transportaram cerca de 59,7 milhões de passageiros, o que representa um aumento de aproximadamente 5,5% em relação a 2022.

O Serviço de Fretamento na RMBS conta com 1.104 ônibus e micro-ônibus cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar). No período de janeiro a dezembro de 2023, no sistema Regular, foram realizadas 5.080 fiscalizações em campo (7,3% a mais que em 2022), 401 fiscalizações eletrônicas e 3.623 inspeções de frota (8% a mais que em 2022) nos dois sistemas, Regular e Fretamento.

O Consórcio BR Mobilidade da Baixada Santista é responsável pela operação do SIM/VLT - Sistema Integrado Metropolitano (VLT e linhas metropolitanas do serviço Regular). Esse consórcio será responsável também pela operação dos trechos Conselheiro Nébias-Valongo (Santos), que teve obras iniciadas em 2020 e Barreiros-Samaritã (São Vicente), que está em fase contratação de Obras e elaboração dos Projetos Executivos.

VLT
O primeiro trecho do VLT da Baixada Santista em operação, entre São Vicente (Barreiros) e Porto de Santana possui 11,5 km de extensão e 15 Estações de Embarque e Desembarque. Em 2023, esse sistema transportou cerca de 7,4 milhões de passageiros.

A operação conta com o total de 22 veículos (VLTs) operacionais e o intervalo entre partidas no horário de pico é de 6 minutos.

As obras do segundo trecho do VLT no início de 2023 contavam com 315 profissionais em campo. No final de junho foram abertas mais 142 vagas. Em setembro o número total dos trabalhadores foi para 565, sendo esse número mantido até novembro. Em dezembro, o número de profissionais em campo passou a ser de 536.

NOTÍCIAS
Em dezembro de 2023, a EMTU assinou o contrato com a empresa Paulilac-Agis-Ponte A Tribuna, que ganhou a licitação para a reforma e ampliação da Ponte A Tribuna (dos Barreiros). A reforma marca o início da terceira fase do VLT da Baixada Santista que beneficiará cerca de 150 mil pessoas da região. Também no segundo semestre, a EMTU, em parceria com a concessionária BR Mobilidade, inaugurou o programa Giravivo em estações do VLT da Baixada Santista. Houve apoio da Prefeitura de Santos por meio do projeto municipal Leis Santos - um incênio à leitura.

* **Região Metropolitana de Campinas**
A RMC é composta por 20 cidades interligadas por 145 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum e Seletivo. São operadas com uma frota planejada para os dias úteis de 324 ônibus (fonte: Gerências Regionais) que em 2023 transportaram cerca de 32,2 milhões de passageiros, aproximadamente 4% mais passageiros que no ano de 2022.

O Serviço de Fretamento na RMC conta com 5.580 ônibus e micro-ônibus cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar). No período de janeiro a dezembro de 2023, no sistema Regular, foram realizadas 5.132 fiscalizações em campo, 512 fiscalizações eletrônicas (81% a mais que em 2022) e 12.795 inspeções de frota (8,6% a mais que em 2022) nos dois sistemas, Regular e Fretamento.

A região conta com a operação do Corredor Metropolitano Biléo Soares que possui 31,7 km de extensão, sendo 23,0 km de faixa exclusiva para ônibus. Atende aos municípios de Campinas, Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa, Americana e Santa Bárbara D'Oeste, área que concentra aproximadamente 70% das viagens na RMC.

O Consórcio Bus+ é responsável pela operação das linhas, manutenção dos terminais e estações de transferência da Região Metropolitana de Campinas.

NOTÍCIAS
Na RMC, 2 linhas metropolitanas passaram a operar com mais quatro ônibus e tiveram um acréscimo de 47 novas partidas nos dois sentidos em dias úteis e 12 viagens nos finais de semana, beneficiando diariamente cerca de 7 mil passageiros.

Em setembro, a EMTU, em parceria com o SEST Senat, realizou no Terminal Magalhães Teixeira, em Campinas, ações em apoio à Semana de Segurança no Trânsito com o tema "Desacna Bem para conduzir com segurança". O objetivo foi conscientizar a população sobre cuidados preventivos no trânsito, medidas de segurança que salvam vidas.

Nos dias 5 e 12 de novembro, datas em que foram realizadas as provas do ENEM, as linhas metropolitanas das regiões de Campinas, São Paulo, Baixada Santista, Vale do Paraíba e Litoral Norte e Sorocaba, além do VLT

da Baixada Santista, tiveram gratuidade em suas tarifas entre 9h e 21h, conforme determinação do GES/SP.

* **Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte**
A RMVPLN é formada por 39 cidades que são atendidas por 70 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum e Seletivo, operadas com uma frota planejada para os dias úteis de 392 ônibus (fonte: Gerências Regionais) que transportaram, em 2023, aproximadamente 14,7 milhões de passageiros. O Serviço de Fretamento na RMVPLN conta com 1.863 ônibus e micro-ônibus cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar). No período de janeiro a dezembro de 2023, no sistema Regular, foram realizadas 2.977 fiscalizações em campo, 57 fiscalizações eletrônicas e 5.134 mil inspeções de frota nos dois sistemas, Regular e Fretamento.

NOTÍCIAS
A EMTU/SP realizou uma campanha solidária para o Litoral Norte após a tragédia causada pelas fortes chuvas e deslizamentos de terra em fevereiro de 2023. Colaboradores, passageiros, empresas operadoras e consórcios contribuíram com água potável, alimentos não-percíveis, produtos de higiene, entre outros itens.

Durante o ano de 2023, a EMTU/SP, por meio do Centro de Atendimento ao Passageiro Especial (CAPES) realizou encontros e seminários para divulgar o direito à gratuidade no acesso ao transporte metropolitano para pessoas com deficiência, por meio do Carteira de Identificação do Passageiro Especial (CIPES) nas regiões do Vale do Paraíba e Litoral Norte e Sorocaba.

* **Região Metropolitana de Sorocaba**
A RMS é composta por 27 municípios onde operam 85 linhas intermunicipais do Sistema Regular Comum e Seletivo com uma frota planejada para os dias úteis de 153 ônibus (fonte: Gerências Regionais). Em 2023, cerca de 9,8 milhões de passageiros utilizaram o transporte metropolitano, correspondendo a um aumento na demanda de aproximadamente 7% em relação a 2022. O Serviço de Fretamento na RMS conta com 1.962 veículos cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar). No período de janeiro a dezembro de 2023, no sistema Regular, foram realizadas cerca de 1.300 fiscalizações em campo, 11 fiscalizações eletrônicas e 2.752 inspeções de frota nos dois sistemas, Regular e Fretamento.

Em março, foi divulgada a operação do novo serviço 6334EX1 Pilar do Sul (Terminal Rodoviário Antônio José da Silva) / Sorocaba (Terminal Rodoviário de Sorocaba), linha seletiva que visa a reforçar a ligação entre os dois municípios.

1.2. DADOS GERAIS DO SISTEMA REGULAR

• **Passageiros transportados**

Região Metropolitana	Passageiros/milhões
RMSP	421,73
RMBS	59,70
RMC	32,21
RMVPLN	14,65
RMS	9,79
TOTAL GERAL	538,08

Fonte: Relatório de Gestão Operacional - Intranet

• Características da frota cadastrada - Sistema Regular

Região Metropolitana	Idade Média da Frota	Veículos com Acessibilidade	Total da Frota
RMSP	6,88	3.403	3.545
RMBS (*)	2,25	468	468
RMBS (**)	7,73	22	22
RMC	7,19	312	324
RMVPLN	7,37	201	392
RMS	10,08	116	153
TOTAL	6,82	4.522	4.904

RMBS (*) - ônibus RMBS ()** - VLT
Fonte: Gerências Regionais

RENOVAÇÃO DA FROTA
Entre janeiro e dezembro de 2023, os consórcios e as permissionárias adquiriram 434 novos veículos para atender a população. Destes, 339 são veículos 0km, 100% com acessibilidade universal, trazendo maior grau de conforto aos usuários. Há um esforço crescente por parte da EMTU/SP e da STM em aumentar o percentual da frota com esse perfil de qualidade dos ônibus. Alguns pontos positivos merecem destaque:

- 1) No sistema Regular da RMSP, em 2012, eram 04 ônibus (0,1%) com USB disponível para usuários; em 2020, o número subiu para 459 (9,5%) e, em 2023, 1030 (29,1%) ônibus circulando com esse dispositivo. Na RMC 99% da frota possui entrada USB.
- 2) Em 2012 apenas 4 veículos (0,1%) dispunham de wi-fi. Já em 2023, o número subiu para 682 (13,9%). Na RMC, 100% da frota está dotada desse sistema tão demandado pelos usuários.
- 3) A quantidade de ônibus dotados de ar-condicionado na RMSP, passou de 122 em 2012 para 3.726 (48,7%) em 2023. Na Região do Vale do Paraíba, eram 33 veículos em 2013 e agora, em 2023, são 172 veículos (43,9%). Na RMC, 59,9% dos ônibus possuem esse importante item.
- 4) 100% da frota da RMBS e da RMSP dispõe de letreiro eletrônico.
- 5) O número de veículos com assentos destinados a obesos também aumentou. Hoje 93,6% da frota metropolitana do sistema regular possui esse tipo de assento.
- 6) No sistema de estacionamento, em 2010, havia apenas 6 carros disponíveis do DPM Dispositivo Poltrona Móvel, e agora em 2023, há 1.771. O DPM posiciona a poltrona preferencial do lado de fora, permitindo ao passageiro com mobilidade reduzida embarcar e desembarcar com mais conforto. Já o DTA - Dispositivo de Transferência Auxiliar, que atende às questões de acessibilidade, disponível em apenas 02 veículos em 2014, agora está presente em 816 carros em 2023.

Além de gerenciar as linhas de ônibus do Serviço Regular Comum e Seletivo e corredores de ônibus de média capacidade, a EMTU/SP é responsável pelas seguintes serviços:
RTO (Reserva Técnica Operacional) - serviço especial de característica complementar ao serviço Regular, que opera na RMSP com 98 veículos de baixa capacidade (até 20 passageiros).
PAT (Parque Automotivo Regional de Coletivo Autônomo) - transporte especial operado por micro-ônibus, facilitando o acesso direto dos visitantes ao Parque Zoológico de São Paulo. No Terminal Metropolitano Jabaquara os passageiros podem comprar o ingresso para o parque e a passagem de ônibus, no quiosque instalado na Plataforma A.
A operação é feita por 3 (três) micro-ônibus com pintura temática e capacidade para transportar 20 pessoas por viagem.

Em 2023, por meio da fiscalização eletrônica, o CGS comemorou 20 anos de existência. Nesse período, transportou mais de 5 milhões de pessoas. Com relação ao ano de 2023, foram realizadas 19.737 viagens transportando 150.835 pessoas.

Fretamento Metropolitano - é uma modalidade de transporte realizada por empresas regularmente constituídas e registradas na STM que transportam pessoas para destinos pré-estabelecidos, dentro das regiões metropolitanas do Estado de São Paulo, com contrato específico, itinerário pré-definido. Os serviços são classificados como contínuo, eventual, próprio e escolar. A EMTU/SP é responsável pela inspeção e fiscalização de 18,2 mil veículos, entre ônibus rodoviários e micro-ônibus.

Airport Bus Service - ônibus rodoviários de alto padrão de conforto para os passageiros com destino aos Aeroportos de Congonhas, em São Paulo, e Governador André Franco Montoro, em Guarulhos, com ligações a pontos estratégicos da capital paulista, os Terminais Rodoviários do Tietê e da Barra Funda e Circuito dos Hotéis Paulista/Augusta. As três linhas executivas são operadas por ônibus rodoviários com poltronas reclináveis de alto padrão, sistema wi-fi, tomadas de energia, mesa para laptops, ar-condicionado e toalete.

Serviço Especial - Está em operação no corredor ABD um Serviço Especial denominado Ubus (linha 287UJUS). Trata-se de um atendimento diferenciado no trecho entre o Terminal Rodoviário Antônio José da Silva e Diadema com a utilização de ônibus rodoviários de alto padrão de conforto para os passageiros com ar-condicionado, poltronas reclináveis em couro, sistema wi-fi, tomadas de energia e bagageiro. Possui aplicativo exclusivo que permite a reserva antecipada do assento e controle dos horários. Não é permitido pessoas viajar em pé.

1.4. SUPÊÇÃO DE FROTA
A EMTU/SP é responsável pela fiscalização e inspeção de cerca de 5 mil ônibus cadastrados no Sistema Regular (Comum e Seletivo), 604 micro-ônibus do Serviço SEC Lígido e 98 carros da Reserva Técnica Operacional (RTO). Gerência e fiscaliza empresas que fazem fretamento, envolvendo 18,2 mil veículos desse serviço.

O trabalho de fiscalização de campo é realizado com a utilização do aplicativo para dispositivos móveis como celulares e *tablets* que oferecem redução no tempo de fiscalização e inspeção de veículos. Em 2023 a presença deste selo alcançou 100% da frota das linhas gerenciadas pela EMTU.

Em 2023, houve um crescimento de 21% na quantidade de inspeções, em relação às 42,7 mil realizadas no ano anterior.

Quantidade de inspeções de frota (jan-dez/23)

Região Metropolitana	Sistemas Regular e Fretamento	TOTAL	
RMSP	2022	2023	Crescimento
RMSP	19.626	27.329	39%
RMBS	3.359	3.623	8%
RMC	11.974	12.795	7%
RMVPLN	5.035	5.134	2%
RMS	2.692	2.752	2%
TOTAL	42.686	51.633	21%

Fonte: Relatório de Gestão Operacional - Intranet / Gerências Regionais

1.5. CENTRO DE GESTÃO E SUPERVISÃO - CGS
O Centro de Gestão e Supervisão (CGS) desempenha a 3.308 notificações da Ouvidoria relacionadas ao cumprimento de horário e desvios de itinerário. Realizou 302 ações de rotas no mapa do sistema de monitoramento, sendo 257 atualizações, 18 correções e 27 criações de linhas. Foram registradas ainda 335.292 ocorrências operacionais, atendidas 32 operações no PAESE - Plano de Ação entre Empresas em Situação de Emergência e 04 autuações às empresas permissionárias e concessionárias.

1.6. AÇÕES DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL
As ações de planejamento operacional correspondem ao esforço da EMTU/SP em aprimorar a qualidade dos serviços oferecidos aos clientes metropolitanos.

No período de janeiro a dezembro de 2023, foram realizadas 4.233 intervenções para ajustes no planejamento operacional das linhas de todas as regiões. A tabela a seguir apresenta a quantidade de ajustes realizados por tipo de intervenção.

Intervenções	Total das RMs
TABELA HORÁRIA	2.384
FROTA	1.088
ITINERÁRIO	178
INTEGRAÇÃO	235
TECNOLOGIA	105
PARALISAÇÃO/CANCELAMENTO	85
TERMINAL	59
DENOMINAÇÃO	34
SECIONAMENTO TARIFÁRIO	31
CRIAÇÃO/INCLUSÃO	21
TRANSFORMAÇÃO	8
CARACTERÍSTICA	5
TOTAL	4.233

Fonte: DPL - Relatório de Gestão Operacional

Plano de Operação Estrutural - Corredor Metropolitano Itapeví-Osasco
A partir do dia 25 de fevereiro de 2023, 19 linhas intermunicipais gerenciadas pela EMTU/SP passaram a operar no Sistema Regular. A operação parte de São Paulo passando a utilizar o novo trecho do Corredor Metropolitano Itapeví-Osasco, que compreende a Avenida Anhangüera e a Via Marechal Rondon, em Barueri, e a Avenida Deputado Emílio Carlos, em Carapicuíba. Nesse novo trecho, de 3,5 km de extensão, os ônibus circulam do lado esquerdo das vias e o embarque e desembarque de passageiros é realizado junto ao canteiro central nas paradas Arsenal de Guerra, Antonio João, Vitério de Aguiar e Santa Teresinha Presépio Vargas.

A configuração das novas paradas propiciou mais conforto e segurança a

quem utiliza o transporte metropolitano, já que possuem ampla cobertura e iluminação noturna.

Com a operação desse novo trecho do Corredor, foi dada continuidade ao plano de operação estrutural, a partir da criação de novas linhas troncais e integradoras em complemento às linhas precursoras **840TRO** e **850TRO**. Foram realizadas reuniões entre EMTU/SP e o Consórcio Anhangüera para discutir as premissas para implantação da nova etapa de troncalização do corredor Metropolitano Itapeví-Osasco.

- Com o fechamento de julho de 2023 teve início a operação de três novos atendimentos especiais:
- **E-860TRO-000-R** Itapeví (COHAB/Jd.Paulista) - Osasco (V.Yara) via Jandira (Centro);
 - **E-870TRO-000-R** Osasco (Vila Yara) - Cotia (Terminal Metropolitano de Cotia);
 - **E-8XPTM-000-R** Jandira (Centro) - Cotia (Term.Metrop.de Cotia) via Estação EPTM/Exp.Cardoso e Sagrado Cardoso.

As linhas e serviço propostos, foram classificadas como linhas "Especiais" e visaram a atender os principais desejos de deslocamento, passando pelos diferentes trechos do Corredor Metropolitano Itapeví-Osasco, nos municípios de Itapeví, Jandira, Barueri, Carapicuíba e Osasco.

As numerações remetem às linhas troncais já implantadas na primeira fase (**840TRO** e **850TRO**) e permitem fácil reconhecimento pelos clientes como linhas troncais e integradoras. Como objetivo de estabelecer uma marca diferenciada para a operação do Corredor Metropolitano Itapeví-Osasco, esse atendimento especial conta com:

- tecnologia veicular diferenciada em termos de conforto (veículos novos, motor traseiro, *low entry*, ar-condicionado, carregadores USB, entre outros);
- veículos com pintura característica do Corredor Metropolitano Itapeví-Osasco;
- oferta de viagens e jornada operacional que as caracterizem como linhas de referência na região;
- integração física e tarifária com todos os atendimentos metropolitanos que tenham contato com o Corredor - atualmente são 80 atendimentos.

A implantação do Plano de Operação Estrutural do Corredor Metropolitano Itapeví-Osasco estabeleceu a marca de serviço diferenciado ao projeto do Governo do Estado de São Paulo por meio de tecnologia veicular, acessibilidade, confiabilidade e eficiência. Como resultado, houve aumento da oferta de destinos, redução da incidência tarifária para os usuários que anteriormente tinham que utilizar mais de uma linha sem integração e melhorias em termos ambientais, proporcionando assim benefícios aos passageiros e à sociedade como um todo.

1.7. MONITORAMENTO DA QUALIDADE

O Índice de Qualidade da Satisfação do Cliente - IQC, juntamente com os indicadores de operação, frota e aspectos econômico-financeiros, é parte integrante do Monitoramento da Qualidade (MOC) que foi criado em 2010 e atualizado desde o ano de 2005. As análises comparativas ao longo da história possibilitaram a EMTU/SP definir procedimentos operacionais de planejamento que são repassados aos concessionários do sistema visando uma melhoria dos serviços prestados. O IQC é obtido através da avaliação individual dos passageiros em relação à qualidade percebida dos serviços de transporte metropolitano sob gerenciamento da EMTU, por meio de aplicação de pesquisas com questionários estruturados e impressos.

Em 2018 o IQC foi realizado em todas as regiões metropolitanas gerenciadas pela EMTU e em 2019, devido a restrições orçamentárias, não foi possível realizar o levantamento na RMS e RMVPLN. Durante os anos de 2020 e 2021, as pesquisas que dão base ao IQC foram realizadas em virtude da pandemia da COVID-19. Portanto, não há resultado do IQC desses anos. Em 2022 e 2023, a pesquisa foi realizada em todas as regiões metropolitanas gerenciadas pela EMTU/SP. O resultado do levantamento de 2023, em tabela abaixo apresenta o crescimento positivo desse indicador, apontando para o reconhecimento pelos passageiros, da qualidade do serviço prestado.

2. RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

2.1. ESG - Environmental, Social and Governance

O acrônimo ESG, do Inglês *Environmental, Social and Governance*, refere-se a uma grande tendência e uma necessária resposta das empresas frente aos desafios da sociedade contemporânea. O ESG é um conjunto de padrões e boas práticas que visa a definir se uma empresa é socialmente consciente, sustentável e corretamente gerenciada, servindo como um balizador para atestar que a organização possui a compreensão da influência que ela exerce no mundo, positivamente ou negativamente. O termo ESG pode gerar por meio dos seus negócios perante todo o seu ecossistema de relacionamento. A busca ao atendimento aos princípios ESG está contemplada na Matriz de Riscos Corporativos da EMTU/SP e e, em 2023, procurando-se sempre uma melhoria contínua nas práticas da empresa, iniciou-se a implementação de ações nesse sentido.

2.2. PASSAGEIRO ESPECIAL

Centro de Atendimento Especializado - LIGADO
Serviço de transporte de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida severa, realizado por meio de convênios ou contratos firmados entre a EMTU/SP e entidades assistenciais ou órgãos Federais, Estaduais e Municipais. Entre janeiro e dezembro de 2023, o Ligado realizou 1,8 milhão de atendimentos, quase 100 mil a mais que em 2022. Em dezembro de 2023, havia 5.006 alunos cadastrados no sistema (1.124 na RMC e 3.882 na RMSP). Todos os 504 veículos do LICADO (97 RMC e 507 na RMSP), são totalmente adaptados para pessoas com deficiência e monitorados via satélite. São 90 veículos a mais que em 2022, um crescimento de 17,5%, o que significa maior agilidade no atendimento. Os alunos transportados estudam em 983 unidades escolares, 186 na RMC e 797 na RMSP e fazem parte da Rede Regular de Ensino e da Associação de Amigos do Autista - AMA, da Associação de Assistência à Criança com Deficiência - AACD, da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, Instituto de Apoio à Criança com Deficiência - IACD e VLTs, carteira de transporte para dois unidades do CAPES em São Paulo e em Campinas onde tem o atendimento presencial, ou encaminhada às Unidades de Saúde nas demais Regiões Metropolitanas para ser entregue aos passageiros especiais, devido ao atendimento ser indireto. O processo de emissão da carteira é feito em parceria com as Unidades Básicas de Saúde - UBS - cadastradas na EMTU/SP nas cidades das cinco Regiões Metropolitanas do Estado.

Carteira de Identificação do Passageiro Especial - CIPES

Usuários Cadastrados	Benefícios válidos	Carteiras emitidas em 2023
534.411	85.867	55.468

Em 2020, o CAPES iniciou o atendimento presencial para emissão do benefício.

• Número de viagens realizadas por idosos a partir dos 65 anos de idade no Sistema EMTU/SP

REGIÃO	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Período
RMSP	5.069.061	10.434.543	15.407.507	18.446.678	20.842.458	11.733.914	13.070.944	17.746.73	16.652.831	129.804.670
RMBS	12.134.456	5.980.476	722.340	2.049.221	2.928.024	1.899.109	2.156.237	2.731.027	2.951.116	33.552.006
RMCS*	-	1.321	106	5	541.856	1.093.876	1.270.102	1.666.983	2.208.003	6.782.252
RMVPLN	702.850	561.044	432.839	500.233	558.250	302.079	346.654	1.102.737	1.315.607	5.822.093
RMS**	-	163.958	330.230	467.832	518.079	223.289	227.746	287.177	326.078	1.540.419
TOTAL	17.906.167	17.141.342	16.893.022	21.463.969	25.488.667	15.252.267	17.067.683	23.534.658	23.753.635	278.801.380

*Sem controle e registro organizado da gratuidade. Foram sistematizados a partir de 2019, mas ainda não alcançam os que desembarcam pela porta dianteira sem passar pela catraca.

**Informações operacionais disponíveis a partir de junho de 2016.

Fonte: DAC - Departamento de Arrecadação

GRATUIDADE PARA PESSOAS COM 60 A 64 ANOS
O acesso ao transporte metropolitano também é gratuito nas linhas do serviço comum, por meio de uso de cartão de transporte (TOP e BOM) na RMSP; BR Card na RMBS, BUS+ na RMC e cartões próprios das operadoras na RMVPLN e RMS). Ou seja, nessa faixa etária, a apresentação de documento não é válida. Caso não possua cartão, o idoso deverá pagar a tarifa da linha normalmente.

O benefício já havia sido implementado em 2014. Esteve suspenso durante o início de 2021 a 2022, mas retornou através da aprovação da Lei Estadual 17.611 de 15/12/2022.

A legislação estabelece que os



Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP

CNPJ nº 58.518.069/0001-91

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

minimizara os riscos em relação à LGPD. O monitoramento das ações iniciou conforme a tabela abaixo.

Itens da Implantação	Área Envolvida	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1. Elaborar plano de conscientização/capacitação interna sobre a LGPD.	GRH/ Gestor Ligado						
2. Política de mesa limpa							
3. Elaborar plano de comunicação sobre a LGPD, como foco na sensibilização do público interno.	GMI/ Gestor Ligado						Em desenvolvimento
4. Adequação contrato Operador Ligado	GAJ/GCS/ Gestor Ligado						Em desenvolvimento
5. Adequação contrato AME							Em desenvolvimento

Recursos Humanos

• Educação no Trabalho - A EMTU, em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola/CIEE, iniciou em agosto de 2023 as inscrições e prova on-line para preenchimento de 62 novas vagas de estágio em seis municípios do estado de São Paulo. O processo de contratação foi encerrado em 29 de setembro. Em dezembro de 2023, constavam no quadro da empresa 36 estagiários de nível superior.

• Aprendiz - em atendimento ao Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, por intermédio do CIEE e da RASC, no fim do ano de 2023, a empresa recebeu 10 aprendizes, sendo 9 em estágio e 1 em efetivo.

• Treinamento - Até o mês de dezembro de 2023, a EMTU/SP proporcionou aos colaboradores 7.818 horas de treinamento, apresentando a média de 41,90 horas/homem. O investimento total no aprimoramento dos profissionais da EMTU/SP foi de R\$ 91.011.212,29 representando uma média per capita de R\$ 28,58. Os treinamentos tiveram enfoque na modalidade EAD destacando-se o significativo número de colaboradores que realizaram os cursos de aperfeiçoamento em conteúdos oferecidos pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, a retomada aos treinamentos presenciais sob o tema Aprendizagem de funcionamento do dispositivo OPABOX (utilizado nas atividades de inspeção veicular) e a capacitação da Brigada de Incêndio, além dos treinamentos EAD desenvolvidos internamente sobre os temas Programa de Integridade, Código de Conduta e Integridade, que abrange toda a empresa, ambos nas versões 2023 e do treinamento sobre Gestão de Riscos.

CORREDORES METROPOLITANOS E VLT (em operação)

3.1. CORREDOR SÃO MATEUS-JABAQUARA (Corredor ABD) (33 km) e Extensão Diadema-Brooklin (12 km)

O Corredor ABD em operação desde 1988, liga o bairro de São Mateus, zona leste da capital paulista, ao Jabaquara, na zona sul, passando por quatro municípios do ABC Paulista: Mauá, Santa André, São Bernardo do Campo e Diadema. São 33 km de extensão, totalmente exclusivos para ônibus com rede aérea para os trilhos, 9 terminais de integração. Posteriormente o corredor recebeu uma extensão de mais 12 km que, a partir do Terminal Diadema, segue para a região da Av. Berrini em São Paulo. A utilização dessa extensão, que não é eletrificada, é compartilhada com os ônibus da SPTrans. No município de São Paulo atende a Estação Brooklin da Linha 5-Lilás do Metrô e Estações Berrini e Morumbi da CPTM, com integração tarifária e mais 5 estações de transferência. Com isso as 12 linhas metropolitanas desse corredor foram beneficiadas com a obtenção de 19 unidades de parafuso e 8 milhões de passageiros por mês, ou mais de 250 mil pessoas diárias. Desde maio de 1997, a operação de todo sistema está a cargo do Consórcio ABC Sistema de Transporte SPE S.A. (Next Mobilidade) sob regime de concessão.

SERVIÇOS

O Corredor ABD conta ainda com serviços de "Achados e Perdidos", "Farmácia" e "Café", e bicicletários nos Terminais Jabaquara, São Bernardo do Campo e Santa André Oeste.

MELHORIAS

Dentro das premissas de melhorar a conectividade da rede de transporte e das condições básicas de integração, conforto, segurança e acessibilidade ao transporte, a EMTU/SP está acompanhando as obras de melhoria realizadas pela NEXT Mobilidade, tais como a troca do piso de concreto do corredor. Em 2023, foi realizada a reforma do pavimento rigidado no Terminal Diadema, totalizando uma área de 1.200 m², na qual foram trocadas 96 placas de concreto.

3.2. CORREDOR GUARULHOS - SP (TUCURUVI) (12,3 km)

O Corredor Guarulhos-São Paulo (Tucuruvi, região norte da capital paulista) foi concebido para reestruturar o transporte metropolitano na porção nordeste da RMSP. Atualmente está em operação o trecho de 15,6 km, dos quais cerca de 12 km são de faixa exclusiva para ônibus. Conta com 3 terminais de ônibus: o Trecho Cecap e Vila Olímpia, atendem em parte com integração tarifária, os passageiros contam também com uma linha metropolitana que percorre toda a sua extensão até estações do Metrô e da CPTM.

• Trecho Vila Galvão-Estação Tucuruvi do Metrô (4,5 km)

O Projeto Executivo para esse trecho passará por revisão para adequação ao Plano de Mobilidade de São Paulo, com a inclusão de ciclovia ao longo do traçado. Deverá ser solicitada a continuidade do licenciamento ambiental e a obtenção de licença de instalação de nova LP - Licença Ambiental Prévia e LI - Licença Ambiental de Instalação.

3.3. CORREDOR ITAPEVI - SP (22,7 km)

O traçado de 22,7 km do Corredor Metropolitano Itapevi-SP, começa na Estação de Transferência de Itapevi, junto à estação da Linha 8 da CPTM, passando por Jandira, Barueri, Carapicuíba, terminando na divisa entre Osasco e São Paulo no Terminal Amador Aguiar (Vila Yara). O projeto foi dividido no seguinte modo:

• Trecho Itapevi - Jandira (5 km)

Este primeiro trecho do corredor entrou em março de 2018, com 5 km de extensão e viário compartilhado, promovendo maior mobilidade aos usuários das linhas intermunicipais e uma alternativa para evitar os congestionamentos na região oeste da RMSP. Nessa ligação também foi construída uma passarela e ampliada outra. Essas estruturas, junto com o viário Amerindia, entregues em 2017, eliminaram uma passagem em nível da Linha 8 - Diamante da CPTM, propiciando mais segurança aos passageiros. Esse trecho

do corredor possui 7 (sete) paradas entre as Estações de Transferência Itapevi e Jandira.

• Trecho Jandira - Terminal Carapicuíba (8,8 km)

As obras do sistema viário desse trecho foram concluídas em setembro de 2020 com 8 estações de embarque e desembarque denominadas: Secretaria Municipal de Saúde, Exercício Brasileiro, Jardim Belval, Arsenal de Guerra, Antônio João, Vitorino Formazano, Slna, Tererinha e Presid. Vargas. Neste trecho também foi construído e entregue em 15 de junho de 2021 o Terminal Metropolitano de Carapicuíba, que faz integração com a estação Carapicuíba da CPTM e o sistema municipal, em 6 plataformas cobertas.

• Trecho Terminal Carapicuíba - Osasco Km 21 (2,2 km)

Nesse trecho, o Terminal Metropolitano Luiz Bortolosso (Km 21 Osasco) está em plena operação, atendendo a 250 mil passageiros por dia. As obras remanescentes deste trecho viário, e a construção do viaduto Carapicuíba para transferência da Linha 8 da CPTM, foram iniciadas em 2022 após a liberação de área ocupada às margens da ferrovia por parte da prefeitura, e obtenção da Licença de Instalação (LI). A previsão para o término das obras do trecho está para 2024.

• Trecho Osasco km 21 - Terminal Vila Yara (divisa Osasco-SP) (6,7 km)

O primeiro contrato para obras nesse quarto trecho contemplou a reforma e ampliação do Terminal Amador Aguiar (Vila Yara) e as obras foram iniciadas em dezembro de 2018 e entregues em fevereiro de 2021.

O projeto executivo do trecho, concluído em 2013, passou por atualizações de inserção de algumas estações de embarque, em consonância ao pleiteado pela Prefeitura Municipal de Osasco, e foi elaborado o Termo de Referência para a contratação das obras. Os trâmites para contratação estão em andamento, aguardando autorização para publicação. Esse trecho de corredor já possui Licença Ambiental Prévia e a Licença de Instalação só poderá ser solicitada após a conclusão das DUJPs.

3.4. CORREDOR VEREADOR BILÉO SOARES (NOROESTE) (31,7 km)

Atualmente, o corredor possui extensão total de 31,7 km em viário, ligando os municípios de Campinas, Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa, Americana e Santa Bárbara D'Oeste. Desse total, 23,0 km já concluídos são de faixa exclusiva para ônibus. Campinas conta com 3,8 km de faixa exclusiva, o Terminal Metropolitano Magalhães Teixeira, 1 Estação de Transferência e mais 2 paradas com elevador, Parada Alberto Sarmiento e Baixo do Tavares. Em Hortolândia, além dos 5,6 km de faixa exclusiva e 10 paradas, há o Terminal Hortolândia e mais 1 Estação de Transferência Pinheiros. Esse trecho conta ainda com mais 0,6 km da ponte estaiada construída pela Prefeitura, e 2 alas de acesso à SP-101 sobre a ferrovia. Em Sumaré a população conta com 1 Estação de Transferência Km 101 - Maria Antônia, próximo à rodovia Anhanguera, portanto fora do eixo do corredor, porém importante para organizar as linhas da região. Em Nova Odessa há 2,7 km de faixa exclusiva e 1 Estação de Transferência Nova Odessa. Em Americana há 1,7 km de faixa exclusiva, o Terminal Metropolitano de Americana e 1 Estação de Transferência Amizade. Em Santa Bárbara D'Oeste, a população conta com o Rodoterminal Santa Bárbara D'Oeste, a Estação de Transferência Pinheiros e 6,2 km de faixa exclusiva.

• Trecho Nova Odessa Americana-Sta. Bárbara D'Oeste (24,3 km)

Concluído em dezembro de 2018, esse trecho inclui a implantação de 13,6 km de faixas exclusivas e adequações e melhoramentos em 10,7 km no viário, além de equipamentos de transporte e "obras de arte" (pontes, viadutos, galerias, passarelas entre outros). Em março de 2018 foram entregues 5 km de faixas exclusivas para ônibus entre Americana e Santa Bárbara D'Oeste e as Estações de Transferência Amizade e São Paulo em Santa Bárbara D'Oeste. Em dezembro daquele ano foi concluído com a construção de 2,9 km de viário (totalizando 7,9 km de corredor exclusivo entregue em 2018) envolvendo o prolongamento da Av. São Paulo, Av. Laura Santos, em Santa Bárbara D'Oeste com ciclovia, serviços de infraestrutura hidráulica, drenagem e sinalização viária. Ocorreram adequação do sistema viário nas avenidas Pérola Byington, Fioriano Peixoto e Tiradentes, implantação de oito "obras de Embarque e Desembarque" uma Ponte sobre o Ribeirão dos Toledo's, duas passarelas em galerias nos Corregos Molton e Giovannetti e do Complexo Viário do Viaduto Jean Nicolini, em Nova Odessa.

• Trecho Hortolândia - Sumaré - Campinas (5,4 km)

Esse trecho do corredor abrange parte da Av. Olívio Franceschini (Hortolândia) e já operam a Estação de Transferência Pinheiros e as Paradas Parque Hortolândia, Remanso Campinheiro, Parque Gabriel e Emancipação, todas em Hortolândia, e a Estação Maria Antonia (Km 110 da Rodovia Anhanguera) em Sumaré.

As obras remanescentes foram iniciadas em março de 2018 e entregues em 2021. As obras incluíram duas alas de acesso à SP-101, sobre a ferrovia, as estações de embarque e desembarque Peron, Roselém, Conjunto Habitacional, Panaino, Novo Ângulo, Nova Americana e Ataliba Nogueira, em Hortolândia, e a Parada JI na Av. Lix da Cunha, em Campinas.

3.5. SIM DA BAIXADA

O SIM - Sistema Integrado Metropolitano da Baixada Santista é uma rede de transporte metropolitana estruturada, por meio de uma linha principal (tronal), de média capacidade de transporte, operada por Veículo Leve sobre Trilhos - VLT denominada "Complexo Geraldo Volpe" e de linhas metropolitanas de ônibus que atendem aos nove municípios da RMBS.

• Trecho Barreiros (São Vicente) - Porto (Santos) (11,5 km)

O novo trecho do VLT da Baixada Santista que liga o Terminal Barreiros, em São Vicente, ao Porto, em Santos, foi entregue no dia 31/01/2017. A operação parcial começou em abril de 2015.

Com 15 estações construídas ao longo de 11,5 km de via permanente, atendendo diariamente cerca de 28 mil passageiros.

O trecho conta com um Pátio de Estacionamento e Manobras para apoio à circulação dos VLTs, localizado junto à Estação Terminal Barreiros, capaz de abrigar 100 veículos. Essa estação possui ainda um bicicletário para 100 unidades e um edifício de apoio para o uso dos condutores de 164 m² de área, com sala administrativa e banheiros.

O Pátio de Manutenção e Estacionamento, localizado na região do Porto de Santos, tem capacidade para 33 VLTs e conta com oficina, almoxarifado, subestação de energia própria, equipamento de lavagem dos veículos e de retificação de rodas. Essa área abriga ainda o Centro de Controle de Operação do VLT da Baixada Santista com três pavimentos e 9.050 m² de construção e abriga sala com 9 consoles e um painel sinóptico de 9,5 m de comprimento e 2 m de altura para o controle da operação dos veículos, sistemas de energia, movimentação eletrônica dos passageiros e segurança das vias e estações. A Gerência Regional da EMTU/SP na Região Metropolitana da Baixada Santista também está instalada no prédio do COO.

• Trecho 2 Conselheiro Nébias - Valongo (Santos) (8 km)

O novo trecho do VLT, chamado de Segunda Fase ou Trecho 2 Conselheiro

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Expressa em R\$ mil)

	Nota	31.12.2023	31.12.2022
Receita Operacional Líquida	17	149.304	159.700
Custo dos Serviços Prestados	20	(79.128)	(76.476)
Resultado Bruto antes da Depreciação e Amortização		70.176	83.224
Depreciação e Amortização sobre Obras e Terminais	20	(31.665)	(31.599)
Resultado Operacional Bruto		38.511	51.625
Recargas (Despesas) Operacionais			
Provisão para Contingência	20	(16.410)	(15.786)
Outras Recargas Operacionais	18	9.548	4.734
Outras Despesas Operacionais	19	(10.290)	(5.487)
Variações Monetárias Passivas		(3.981)	(530)
Baixa de bens do Ativo Permanente		-	7
Indenizações	19	(5.083)	-
Resultado antes do Resultado Financeiro		(2.799)	13.508
Resultado Financeiro			
Receitas Financeiras	21	9.897	4.244
Despesas Financeiras	21	(471)	(567)
Resultado Financeiro Líquido		9.426	3.677
Social e do Imposto de Renda	6.627	17.185	
Imposto de Renda	10 a b	-	(928)
Contribuição Social sobre o Lucro	10 b	-	(345)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		6.627	15.912
Lucro (Prejuízo) por Lote de Mil Ações			0,01

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.

DEMONSTRATIVO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Expresso em R\$ mil)

	31.12.2023	% 31.12.2022	%
RECEITAS	173.531	173.222	
Vendas de Serviços	164.579	175.629	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.952	3.393	
INSUMOS CONSUMIDOS DE TERCEIROS	(12.274)	(9.804)	
Custo dos Serviços Prestados	(18.956)	(19.251)	
Materiais, energia, serviços de Terceiros e outros	6.682	9.447	
RENTES	(32.639)	(32.391)	
Depreciação, Amortização e exaustão	(32.639)	(32.391)	

VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

	19.453	8.988
EM TRANSFERÊNCIA	19.453	8.988
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	148.071	146.015
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	148.071	146.015
Dividendos em Dinheiro	98.295	66.38
Impostos, Taxas e Contribuições	90.457	20,57
Juros e Aluguéis	12.692	8,57
Prejuízo do Exercício	6.627	4,48
Prejuízo do Exercício	6.627	4,48

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.

recolhe por estimativa.

IRPJ e CSLL diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos, quando aplicável, são reconhecidos usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data das demonstrações financeiras, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais ou diferenças temporárias sobre o resultado, uma vez que não estima prováveis melhorias futuras.

2.5. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/2008. As IRFS não requerem a apresentação desta, portanto, são consideradas como informação adicional.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis aplicadas pela EMTU/SP na elaboração destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir, as quais foram aplicadas de forma consistente a todos os exercícios apresentados.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas a valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.

3.2. Instrumentos financeiros

a) Contexto geral
Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia toma posse da constituição de seus ativos passivos, portanto, a prática contábil em Pronunciamentos Contábeis (CPC) 48 Instrumentos Financeiros.

b) Ativos Financeiros
A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i) custo amortizado e ii) ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Além disso, a Companhia registra provisões para perdas de seus ativos financeiros, mantendo assim a posição líquida financeira apurada:

b) Ativos Financeiros
A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i) custo amortizado e ii) ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Além disso, a Companhia registra provisões para perdas de seus ativos financeiros, mantendo assim a posição líquida financeira apurada:

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são: i) para receber o fluxo

primeira edição do Prêmio Secom Trends, organizado pela Secretária de Comunicação do Governo do Estado de São Paulo. No Instagram, por exemplo, houve um aumento de quase 6 mil seguidores em comparação com o ano de 2022, seguidores estes que chegaram de forma orgânica, sem nenhum impulsionamento pago realizado. Os números dos seguidores nas redes sociais da EMTU em 2023 são: Instagram - 22,8 mil seguidores, um aumento de 33,6% sobre 2022, Twitter - 65,117 seguidores, Facebook - 40 mil seguidores, YouTube - 4,32 mil inscritos, um aumento de 17,2% sobre 2022 e LinkedIn - 11 mil seguidores. Em 2023 também foi iniciada uma conta no TikTok que já possui 894 seguidores.

NOTÍCIAS
Em dezembro, a EMTU subiu no pódio do Prêmio Secom Trends, organizado pela Secretária de Comunicação do Governo do Estado de São Paulo. O vídeo "EMTUween - Atitudes que assombram no ônibus" ficou em terceiro lugar dentre as publicações que se destacaram nas redes sociais dos órgãos de comunicação.

Internet - Canal de comunicação com atualização diária onde os clientes buscam informações que facilitam os deslocamentos na rede de transporte metropolitano, por meio da consulta de itinerários das linhas de ônibus e suas integrações com o sistema metroferroviário. Em 2023, o site da EMTU recebeu o acesso de 2,6 milhões de usuários e 62,1 milhões de visualizações.

Aplicativo - Com o aplicativo "EMTU Oficial" (Android e iOS), os passageiros do Sistema de Transportes Metropolitanos podem consultar o itinerário e a localização dos ônibus intermunicipais. As principais funcionalidades do sistema possibilitam conferir as linhas gerenciadas pela EMTU/SP e sua operação em tempo real, como rotas, valor de tarifa, tempo estimado de percurso etc. Apenas em 2023, foram realizados 512 mil downloads, sendo mais de 4 milhões desde a sua criação.

Imprensa - A política de transparência adotada pela empresa no relacionamento com a imprensa e com os Regiões Metropolitanas tornou-se mais facilitada em relação com os usuários, com a ampla divulgação de assuntos de interesse geral.

• Comunicação com Usuários
Para garantir a compreensão dos usuários sobre mudanças operacionais, criação de linhas, entre outras providências, a EMTU/SP disponibilizou folhetos, banners, textos, livretos, cartazes e informativos em todas as regiões metropolitanas.

Atendimento via WhatsApp - Assim como ocorria com o Cartão BOM desde 2020, os passageiros das linhas intermunicipais da RMSP gerenciadas pela EMTU/SP permaneceram contendo com o atendimento via WhatsApp referente ao Cartão TOP e à compra de bilhetes digitais também. O autotendimento pode ser realizado durante 24h por dia. Outros atendimentos podem ser realizados todos os dias, exceto feriados, das 5h às 24h.

3. MEIO AMBIENTE

• Acoplamento da Gestão Ambiental do Sistema de Transporte Público Metropolitano

O contrato de concessão com a NEXT Mobilidade prevê a remessa, da concessionária à EMTU/SP, de uma série de informações de caráter ambiental que são analisadas para definição do desempenho ambiental das garagens, conforme metodologia desenvolvida no Programa STAQ - Transporte Sustentável e Qualidade do Ar, no âmbito do convênio de cooperação técnica firmado entre a EMTU/SP e a ANTP. As análises tiveram início em 2022 e o resultado foi gerado relatório colaborativo para a empresa concessionária no sentido de identificar melhores práticas que possam propiciar a otimização do seu desempenho ambiental, buscando melhoria da eficiência energética, economia na utilização de recursos naturais e a redução das emissões de poluentes.

Durante em 2023, houve melhoria dos processos internos referentes à avaliação das garagens, por meio do desenvolvimento de um aplicativo de coleta de dados. O sistema desenvolvido pela EMTU/SP é utilizado pela NEXT para preenchimento das informações, agilizando e aumentando o nível de confiabilidade da análise do desempenho ambiental.

• Programa Conscientizar

O programa "Conscientizar" avalia, por meio do equipamento Opacímeter, a fumaça liberada pelo escapamento dos ônibus metropolitanos e, tem por objetivo conscientizar as empresas operadoras do Sistema Metropolitano de Transportes sobre pneus (Regular e Fretamento) sobre a importância de se manter motores dos veículos regulados, a manutenção adequada e o uso de combustível e boa procedência, diminuindo assim a emissão de material particulado na atmosfera e contribuindo com o meio ambiente.

A EMTU/SP foi inscrita no Programa para Melhorar da Manutenção de Veículos Diesel - PMVD da Cia. Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB em 2022, ficando autorizada a emitir Relatórios de Medição de Opacímeter.

- RMO, documento que comprova a conformidade dos veículos em programas de gestão de frotas e podem ser utilizados, também, para obtenção na redução de valores de multas junto à CETESB.

Em 2023, foram realizadas 11.550 medições de opacidade - 2,3% a mais em relação à 2022, com uma aprovação de 59%.

Região Metropolitana	Inspecões	Índice de Aprovação
RMSP	6.701	49%
RMB5	1.234	91%
RMC	2.197	77%
RMVPLN	991	48%
RMS	427	78%
TOTAL	11.550	59%

Fonte: Gerências Regionais

2.3. AÇÕES ADMINISTRATIVAS

• Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno (ACI)
Em 2023, a Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno - ACI, como parte do acompanhamento da Matriz de Riscos Corporativos (MRC) da EMTU/SP, realizou entrevistas em toda a empresa a fim de levantar não apenas a ocorrência de algum risco como também a aplicabilidade das ações indicadas no PAC e do PAP previstos. Paralelamente, a área revisou a MRC, resultando numa matriz mais concisa, identificando 6 principais riscos, cujo acompanhamento será realizado de 2024.

• Adequação à LGPD

Durante o ano de 2023 foram realizados encontros com as áreas da empresa que utilizam dados pessoais em suas tarefas.

O modelo aplicado para elaboração do Inventário de Dados Pessoais e Técnicos e demais materiais de análise e tabulação teve como piloto a área AES (Ligado). Foram sugeridas melhorias e propostas algumas soluções para

BALANÇO PATRIMONIAL (Expresso em R\$ mil)

ATIVO	Nota	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE			
Caixa e Bancos	4	2.037	2.077
Aplicações Financeiras	4	69.004	42.805
Contas a Receber	5	45.544	41.535
Créditos Fiscais a Recuperar		1.304	

Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP

CNPJ nº 58.518.069/0001-91

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido (Ajuste Patrimonial), líquida dos efeitos fiscais (Nota Explicativa nº 7).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de licença ambiental, materiais e mão de obra, quaisquer outros custos para instalação dos ativos no local para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis representadas em anos são válidas para condições normais de uso e manutenção.

3.6 Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, os custos de projetos de terminais e os custos relacionados aos corredores pré-estruturados. O ativo intangível tem a natureza amovente quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária e a partir do momento que esse ativo entra em operação.

As amortizações são calculadas pelo critério de vida útil, conforme Normas Brasileiras de Contabilidade (Nota Explicativa nº 8).

Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização baseada nestas vidas úteis das partes por redução de valor acumuladas, quando incorridas e são relativos, principalmente, por licenças de uso e licenciamento de software, que são amortizados com vida útil média de 5 anos a 70 anos.

3.7 Avaliação do valor de recuperação dos ativos imobilizados e intangível - Impairment

Os bens de ativo imobilizado e intangível foram submetidos à revisão para a existência de perda em 31 de dezembro de 2023, e não foram identificadas evidências de não recuperação de seu valor contábil, ou ainda, eventuais alterações materiais no ciclo normal dos negócios que possam indicar a probabilidade de perdas.

Quando aplicado o teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

A Companhia não tem como objetivo central a maximização constante de lucro operacional e, adicionalmente, a sua geração de receitas e, consequentemente, de caixa é associada às políticas públicas de transporte, relacionadas principalmente às taxas de Gerenciamento e Fretagem de transporte público das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista, Campinas, Vale do Paraíba e Sorocaba além de locação e sublocação de imóveis e receitas decorrentes do transporte escolar metropolitano.

Desta forma a prática contábil adotada pela Companhia não se baseia inicialmente em valor recuperável pelo cálculo do fluxo de caixa descontado e sim por comparação dos seus ativos a ativos similares em bases equivalentes de Mercado na data de preparação das demonstrações contábeis.

3.8 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações exercidas por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores e tributárias, conforme expectativa de perda, no total de R\$ 88.073 (R\$ 116.878 mil em 31 de dezembro de 2022), conforme Nota Explicativa nº 12.

Tais passivos contingentes atrelados a ações judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária são reconhecidos observando os seguintes critérios: i) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda remota não são provisionados e nem divulgados; ii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda possível, não é constituída provisão, porém, são divulgadas nas notas explicativas; e iii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda provável, é constituída provisão em montante considerado pela Administração e seus assessores jurídicos suficiente para cobrir os desembolsos de caixa futuros.

Adicionalmente a Companhia possui depósitos judiciais conforme informado na Nota Explicativa nº 6, que não possui provisão constituída, visto a classificação como passivo contingente sem provisão, conforme os assessores jurídicos.

3.9 Provisões para contencioso judicial e administrativo, ativos e passivos contingente.

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação e são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

a) Ativos contingentes

Os ativos contingentes são registrados somente quando decisões judiciais favoráveis à Companhia foram transitadas em julgado e cujo montante possa ser mensurado com segurança.

b) Passivos Contingentes

A constituição da provisão para contingências está amparada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia para as causas cíveis, trabalhistas e tributárias, conforme expectativa de perda, no total de R\$ 88.073 (R\$ 116.878 mil em 31 de dezembro de 2022), conforme Nota Explicativa nº 12.

Tais passivos contingentes atrelados a ações judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária são reconhecidos observando os seguintes critérios: i) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda remota não são provisionados e nem divulgados; ii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda possível, não é constituída provisão, porém, são divulgadas nas notas explicativas; e iii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda provável, é constituída provisão em montante considerado pela Administração e seus assessores jurídicos suficiente para cobrir os desembolsos de caixa futuros.

Adicionalmente a Companhia possui depósitos judiciais conforme informado na Nota Explicativa nº 6, que não possui provisão constituída, visto a classificação como passivo contingente sem provisão, conforme os assessores jurídicos.

3.10 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) - corrente e diferido

O Imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em bases corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias, vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis no Brasil, onde a Companhia atua, e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

a) Imposto de renda e contribuição social corrente

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na Lei 12.973/14 a partir do exercício de 2015. A referida lei revogou o Regime Tributário de Transição (RTT).

b) Imposto de renda e contribuição social diferido

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos ou diferenças temporárias sobre o resultado, uma vez que não estima projeção de lucros tributáveis futuros.

3.11 Remuneração e encargos sociais

Os salários mensais, provisões para férias, provisão de 13º salário e os demais pagamentos e benefícios complementares, quando aplicável, negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais devidos, são apropriados pelo regime de competência.

3.12 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

O ativo é reconhecido na Companhia quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

3.13 Recultas de contratos com clientes

A receita operacional da Companhia compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades, reconhecida na demonstração de resultados pela efetiva prestação dos serviços de gerenciamento e fretamento, além de outros serviços adjacentes.

A Companhia reconhece as receitas de contratos com clientes a partir dos quais a efetiva prestação de serviços é transferida aos clientes, representados pela capacidade de determinar o uso/consumo destes serviços e obter substancialmente todos os benefícios remanescentes dos mesmos.

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco etapas: i) identificação de contratos com clientes; ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; iii) determinar preço da transação; iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida quando seu montante pode ser mensurado com segurança, e é provável que benefícios econômicos fluam para a Companhia.

3.14 Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência das receitas e despesas.

3.15 Estimativas e julgamentos contábeis relevantes

Na preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As informações sobre julgamentos e premissas utilizadas na aplicação das políticas e práticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis e que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material estão apresentados a seguir:

a) Mensuração do valor justo

A Companhia seleciona métodos e utiliza julgamentos nas premissas que aplica na determinação do valor justo. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis no Mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Alterações significativas nas premissas utilizadas podem afetar a posição patrimonial da Companhia.

b) Vida útil e valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis

A vida útil dos ativos imobilizados relevantes foi definida com base nas especificações dos fabricantes e na experiência e laudos de engenharia internos quando referente às obras em andamento. Os ativos intangíveis de vida útil

definida são embasados em laudos de avaliadores ou apontamento internos e dos fabricantes.

c) Passivos contingentes

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias decorrentes do curso normal de suas atividades, cujas estimativas para determinar os montantes das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Administração, com base em pareceres de seus assessores jurídicos, sobre os quais são exercidos julgamentos por parte destes assessores para avaliação.

Para o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para a constituição das provisões para fazer frente às contingências judiciais por meio de estimativa, foram aplicadas as mesmas premissas contábeis quando da elaboração das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022, considerando os cenários vigentes quanto a ativos financeiros, impostos a recuperar, estoques, imobilizado e intangível e para as provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

3.16 Imunidade Tributária Recíproca prevista no art. 150, VI, "a", da Constituição Federal

É a vedação às pessoas físicas para instituir impostos sobre patrimônio, renda e serviços públicos umas das outras, estendendo esta exceção tributária às autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Judiciário, com base em pareceres de seus assessores jurídicos, sobre os quais são exercidos julgamentos por parte destes assessores para avaliação.

Para o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para a constituição das provisões para fazer frente às contingências judiciais por meio de estimativa, foram aplicadas as mesmas premissas contábeis quando da elaboração das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022, considerando os cenários vigentes quanto a ativos financeiros, impostos a recuperar, estoques, imobilizado e intangível e para as provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

3.17 Imunidade Tributária Recíproca prevista no art. 150, VI, "a", da Constituição Federal

É a vedação às pessoas físicas para instituir impostos sobre patrimônio, renda e serviços públicos umas das outras, estendendo esta exceção tributária às autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Judiciário, com base em pareceres de seus assessores jurídicos, sobre os quais são exercidos julgamentos por parte destes assessores para avaliação.

Para o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para a constituição das provisões para fazer frente às contingências judiciais por meio de estimativa, foram aplicadas as mesmas premissas contábeis quando da elaboração das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022, considerando os cenários vigentes quanto a ativos financeiros, impostos a recuperar, estoques, imobilizado e intangível e para as provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e Bancos	2.037	2.077
Aplicações Financeiras	69.004	42.805
TOTAL	71.041	44.882

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez, e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundos de renda fixa e estão atreladas às modalidades CDB/CDI e poupança, mantidas em instituições de primeira linha.

5. CONTAS A RECEBER E OUTROS CRÉDITOS

	31.12.2023	31.12.2022
Circulante	10.852	952
Não Circulante	-	-
TOTAL	10.852	952

Secretaria dos Transportes Metropolitanos (a)

	31.12.2023	31.12.2022
Remuneração por Serviços de Gerenciamento	10.096	303
Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (b)	17.323	14.113
Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô	3.080	-
Ressarcimento de Despesas	26.328	26.420
Fretamento das Regiões Metropolitanas	1	39
Monitoramento	188	188
Auto de Infração e Sanção de Multa	340	323
ABC Sistema de Transporte SPE S/A (antiga Metra Sistema Metropolitano de Transportes Ltda) (c)	1.362	1.136
Outros Créditos	5.015	187
(-) Créditos Vencidos e não Recebidos (d)	(29.041)	(490)
TOTAL	45.544	41.535

a) Em atendimento ao Decreto Estadual nº 60.595 de 02 de julho de 2014 e sua normatização por meio da Resolução STM 68 de 29 de dezembro de 2014, que regulamentou a prestação de serviços de transporte gratuito aos usuários com 60 a 64 anos de idade (Sênior Paulista), e ao Decreto Estadual nº 61.134 de 25 de fevereiro de 2015, normatizado pelas Resoluções STM 6 de 26 de fevereiro de 2015 e STM 30 de 18 de julho de 2015 que implementou o benefício da gratuidade aos estudantes (Passe Livre) - Secretaria dos Transportes Metropolitanos R\$ 850 (R\$ 952 em 2022). Em dezembro de 2022 foi publicado a Lei Estadual 17.611/2022, garantindo para todos os usuários com 60 a 65 anos de idade, da rede metropolitana de transporte, a gratuidade a partir de 2023 (Sênior) R\$ 9.821, o valor de R\$ 181, refere-se a reembolso de pagamento rigidado do viário. Por meio do Termo Aditivo nº 13 ao Contrato 020/97, assinado em março de 2021 com a ABC Sistema de Transporte SPE S/A, as linhas de ônibus remanescentes da Área 5, anteriormente operadas por 16 concessionárias, passaram a estar sob responsabilidade desta concessionária.

b) Em 2014 com o encerramento do Convênio 007/2009 - Programa Ligado celebrado entre EMTU/SP e a Secretaria de Estado da Educação (SEE), com o objetivo de ampliar a acessibilidade dos alunos com necessidades especiais das escolas da rede pública estadual bem como daqueles atendidos por entidades assistenciais convênienadas com a SEE, tendo em vista ainda, a necessidade de garantir o atendimento e o cumprimento da Resolução SE nº 129 de 09/06/2011, como também o acordo de Cooperação Judicial nº 583.00.2009.122559-6, proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, a EMTU/SP e a SEE se viram compelidas a prestar os serviços durante o período de 08 de julho a 04 de setembro de 2014, sem cobertura do novo convênio.

c) O contrato de concessão nº 20/97, firmado em maio/97 com a METRA - Sistema Metropolitano de Transportes Ltda., deu início a operação do Corredor Metropolitano de Trólebus São Mateus/Jabaquara; a partir de maio/98 assumiu por força do contrato, a responsabilidade da manutenção e conservação da infraestrutura do sistema viário e a comercialização dos bilhetes magnéticos. Em setembro/01 por meio do T.A. 004.011 de 15/08/01, a execução de serviços correspondentes às funções de administração, operação, conservação, manutenção e vigilância patrimonial para preservação das instalações dos terminais, incluindo a responsabilidade por investimentos na recuperação do pavimento rigidado do viário. Por meio do Termo Aditivo nº 13 ao Contrato 020/97, assinado em março de 2021 com a ABC Sistema de Transporte SPE S/A, as linhas de ônibus remanescentes da Área 5, anteriormente operadas por 16 concessionárias, passaram a estar sob responsabilidade desta concessionária.

d) A Companhia mantém contabilizado a título de Estimativa para Créditos de Liquidação Duvidosa, o montante de R\$ 29.531 (R\$ 22.939 em 2022). Os títulos cujos créditos foram transferidos para o balanço de 2023 são aqueles que atendem os critérios de dedutibilidade previstos no Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99.

A partir do mês de julho/2023, com o objetivo de garantir a liquidez, os títulos a receber foram avaliados mensalmente ou quando da ocorrência de fato superveniente, sendo o procedimento, em se constatando inadimplência referente a parte de 180 (cento e oitenta) dias, evidenciando a impossibilidade de recebimento, a transferência dos títulos do ativo circulante para o não circulante e a constituição de estimativa para possível perda esperada de créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

5.1 ESTIMATIVA PARA PERDAS ESPERADAS

A estimativa para perdas esperadas é constituída a partir da abordagem simplificada da análise da inadimplência histórica, considerando as evidências: i) indicadores de dificuldade financeira; ii) início de cobrança extra judicial; iii) inscrição dos devedores no Cadastro de Inadimplentes - CADIN e, por fim, iv) dificuldade na realização de cobranças ao devedor. Neste contexto, a estimativa para perdas constituída no montante de R\$ 22.939 em 31/12/2022 foi ajustada para R\$ 29.531 em 31/12/2023.

Em 31 de dezembro de 2023, a composição do contas a receber de acordo com a idade de vencimento dos títulos é assim apresentada:

	31.12.2023	31.12.2022
Descrição	Circulante	Não Circulante
Vencido a mais de 180 dias (a)	28.551	490
Vencido de 121 a 180 dias	1.638	-
Vencido de 91 a 120 dias	473	-
Vencido de 61 a 90 dias	698	-
Vencidos de 31 a 60 dias	605	-
Vencidos até 30 dias	4.380	-
A vencer	38.240	-
SALDO EM 31.12.2023	74.585	490

Até 30 de junho de 2023, a Companhia registrava para fins de provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa os valores vencidos há mais de 180 (cento e oitenta) dias e que fossem elegíveis para dedução para fins de IRPJ e CSLL de acordo com os critérios previstos no Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99. A partir de Julho/2023 a Companhia passou a registrar a título de provisão esperada para perda de créditos de liquidação duvidosa, a totalidade dos títulos vencidos há mais de 180 (cento e oitenta) dias, independentemente dos critérios de dedutibilidade previstos no Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99.

6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31.12.2023	31.12.2022
Depósitos Judiciais - Justiça do Trabalho.	1.114	946
Depósitos Judiciais - Cíveis e Fiscais.	783	730
TOTAL	1.897	1.676

O saldo da rubrica Depósitos Judiciais está composto, substancialmente, por valores depositados para fazer frente às contingências trabalhistas em que a EMTU/SP é parte.

7. IMOBILIZADO

	31.12.2023	2022
Móveis e Utensílios	10%	85
Terrenos	-	133.868
Edificações	1,1866% a 1,2400%	15.818
Construção Terminais Metropolitanos	0,8054% a 1,8666%	338.758
Benefiteira em Imóveis de Terceiros	0,0334% a 20,00%	2.925
Sistema Equipamento Auxiliar e Manutenção	6,67%	-
Sistema VLT Baixada Santista	4,66%	389.525
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	1.052
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos	10%	448
Sistemas de Controle, Telecomunicações e Alimentação Elétrica	0,9700%	8.681
Imobilizações em Andamento	0%	427.560
Projeto Ônibus de Célula a Hidrogênio	0%	16.811
Instalações	10%	81
Veículos Auxiliares	20%	1.779
TOTAL	1.755.806	1.500.707

As taxas de depreciação apresentadas no quadro acima estão em conformidade com a legislação societária, a depreciação foi calculada a partir da vida útil estimada dos bens e foram determinadas com base em laudo de avaliação da vida útil econômica dos ativos imobilizados.

Ativo imobilizado em andamento

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia mantém registrado no Ativo Imobilizado o montante de R\$ 602.370 (R\$ 427.560 em dezembro de 2022), referente à Imobilização em Andamento, que estava composto da seguinte maneira:

	31.12.2023	31.12.2022
Obras em andamento - São Paulo	241.569	190.708
Obras em Andamento - Baixada Santista	336.811	213.663
Obras em Andamento - Campinas	21.365	20.564
Obras em Andamento - Vale do Paraíba	1.073	1.073
Obras em Andamento - Sorocaba	1.552	1.552
TOTAL	602.370	427.560

A Companhia, por meio dos seus Departamentos Contábil e de Obras, tem realizado trabalhos e elaborado relatórios periódicos que tem como objetivo identificar e quantificar o volume de obras que estão encerradas, cujos ativos já se encontram concluídos e em efetiva operação a fim de efetuar as devidas transferências para o Ativo Imobilizado em uso, passando assim a registrar a depreciação desses ativos com base nas respectivas vidas úteis estimadas

para a Companhia entende que os valores aplicados nas obras acima referidas, não tem por objetivo o retorno do investimento realizado, sendo que não foram identificadas mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis.

Os investimentos realizados pela EMTU/SP nas obras acima discriminadas ficam a cargo do Governo do Estado de São Paulo através de aporte de capital. Devido a isso há uma discrepância entre a capacidade de geração de receita e caixa por parte da Companhia e os valores investidos pelo Estado por meio da EMTU/SP, cujos valores desses aportes compõem substancialmente os ativos imobilizados registrados na Companhia.

7.2 Vida útil econômica dos bens e Valor Residual

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizadas avaliações quanto à Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, atendendo a aprovação do Pronunciamento Técnico CPC 27, o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil, sendo que foram elaborados e emitidos laudos para suportar as vidas úteis dos bens que compõem o Ativo Imobilizado da Companhia. Em decorrência das análises, as vidas úteis de determinados bens que compõem o Ativo Imobilizado da Companhia, foram alterados e, consequentemente, houve impacto direto no reconhecimento da depreciação no resultado a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A partir de novembro/2021, em decorrência das análises dos bens do ativo imobilizado que determinou a

de perda dos processos e critérios internamente estabelecidos conforme previsto na NBC TQ 25 - Provisões, Passivo Contingentes e Ativos Contingentes, aprovada pela Resolução nº 1.180/09, do Conselho Federal de Contabilidade (CPC 25). Além disso, diversas ações tiveram o risco de perda atualizado e seu risco reclassificado durante o exercício. Nesse sentido, foram contabilizadas somente as ações trabalhistas consideradas como perda provável, sendo que as demais foram revertidas.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia figura no polo passivo em 141 (142 em 2022) processos de natureza trabalhista. A movimentação das ações trabalhistas durante o exercício findo em 31/12/2023, está assim apresentada:

	31.12.2023	2022
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.421	-
Adições	442	-
Liquidações e/ou baixas	(940)	-
Atualizações e/ou reclassificações do risco jurídico	2.409	-
TOTAL	3.332	-

12.2 Processos Cíveis e fiscais

A Companhia efetua a constituição da provisão para contingências cíveis e fiscais, considerando o parecer do departamento jurídico, de acordo com os riscos de perda dos processos e critérios internamente estabelecidos conforme previsto na NBC TQ 25 - Provisões, Passivo Contingentes e Ativos Contingentes, aprovada pela Resolução nº 1.180/09, do Conselho Federal de Contabilidade (CPC 25).

Em relação às ações de natureza cível e tributária, destaque-se que houve alterações no risco de perda confirmado pelos assessores jurídicos da Companhia e, consequentemente os valores das ações foram atualizados e seu risco reclassificado durante o exercício de 2023. Nesse sentido, foram contabilizadas somente as ações cíveis e tributárias consideradas como perda provável, sendo que as demais foram revertidas, quando classificadas como de perda possível ou provável.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia figura no polo passivo em 134 (101 em 2022) processos de natureza cível ou fiscal. A movimentação das ações cíveis e fiscais durante o exercício findo em 31/12/2023, está assim apresentada:

	31.12.2023	2022
Saldo em 31 de dezembro de 2022	115.457	-
Adições	3.211	-
Liquidações e/ou baixas	(196)	(43.891)
Transferência para o curto prazo	-	(10.117)
Transferência do longo prazo	10.117	-
Atualizações e/ou reclassificações do risco jurídico	10.160	-
TOTAL	9.921	74.820

Explicação sobre as naturezas das principais ações cíveis provisionadas

• **SINFRET:** Amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, durante o exercício de 2017 a Companhia procedeu ao provisionamento do montante de R\$ 39 mil milhões, referente à ação de Mandado de Segurança Coletivo que foi impetrado pelo Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros por Fretamento do Estado de São Paulo - SINFRET e outros sindicatos, questionando a legalidade da cobrança de valor mensal por veículo cadastrado (RECEITA Fretamento), que foi instituído pela Resolução STM-059-2010, cuja cobrança anteriormente é referida Resolução, era realizada anualmente no momento da inspeção dos veículos. Os sindicatos alegam que o valor cobrado a título de Taxa somente poderia ser instituído por meio de Lei e não por meio de Resolução. Em 2020, com base na informação dos assessores jurídicos da Companhia, houve uma atualização no valor de R\$ 34,187 milhões, totalizando o valor do processo para R\$ 73,886 milhões (incremento de R\$ 39,699 milhões). No trimestre findo em 30 de setembro de 2022, o processo foi analisado por assessores jurídicos da EMTU/SP, constatando que foram esgotados todos os recursos e o valor do processo foi atualizado no montante de R\$ 46,707 milhões. No segundo trimestre de 2023, houve uma atualização no valor de R\$ 50,562 milhões. Consequentemente, o montante contabilizado dessa provisão foi ajustado no valor de R\$ 3,345 milhões, que está em processo de negociação. No quarto trimestre foi celebrado acordo entre



Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP

CNPJ nº 58.518.069/0001-91

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Impos. Srs. Diretores e Acionistas da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP

São Bernardo do Campo - SP
Opinião sem ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor não é requerida a essa Companhia, sendo compulsória apenas para as companhias que possuem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 710 - Item 5 do Conselho Federal de Contabilidade. No entanto, tendo em vista a relevância dos assuntos abaixo, optamos por incluí-los no presente relatório.

Atualização do Ativo Imobilizado e Intangível - Notas Explicativas nº 7 e 8

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém registrado no seu balanço patrimonial o montante de R\$ 2.346.245 mil (R\$ 2.205.967 mil em 2022) relativo ao seu ativo imobilizado e intangível líquidos, correspondentes à 95,07% (96,04% em 2022) do total do ativo registrado naquela data. Esses ativos são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável, menos qualquer depreciação/amortização e perdas por redução de valor recuperável acumuladas. Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis que influenciam diretamente o resultado da atividade e consequentemente o patrimônio líquido e o ativo total, no contexto das demonstrações contábeis como um todo, consideramos esse assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto nosso processo de auditoria incluiu, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados à depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível; ii) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e do ativo intangível, e confronto com os mapas auxiliares relativos ao ativo imobilizado e ativo intangível com os saldos contábeis; iii) confronto entre o saldo da depreciação e da amortização reconhecidas no exercício, com base nas vidas úteis determinadas pelo Laudo de Revisão das Vidas Úteis emitido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com os saldos contábeis; e iv) avaliação das divulgações efetuadas sobre o ativo imobilizado e ativo intangível nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo imobilizado e do ativo intangível e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Provisão para riscos civis e trabalhistas - Nota Explicativa nº 12
A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, relacionados a temas civis e trabalhistas, conforme divulgado na nota explicativa nº 12 das demonstrações contábeis, cujo montante contabilizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 88.073 sendo R\$ 9.921 registrado no passivo circulante e R\$ 78.152 no passivo circulante (R\$ 116.878 em 2022), representados por R\$ 3.332 (R\$ 4.21 em 2022) referente a ações trabalhistas e R\$ 84.741 (R\$ 115.457 em 2021) referente a ações civis. Esta área é significativa para o nosso processo de auditoria em função do potencial risco relacionado a certas demandas. Adicionalmente, a avaliação desses processos inclui julgamento significativo pela Administração, suportado por seus assessores jurídicos, principalmente no que diz respeito à classificação do risco jurídico desses processos como um passivo contingente ou como uma provisão.

Ademais, a partir do exercício de 2019 houve adequação dos processos de classificação do risco jurídico de perda das ações que compõem as referidas provisões, com efeitos significativos nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2.023 e de 2.022, principalmente relacionadas a ações trabalhistas.

Como nossa Auditoria conduziu esse assunto nosso processo de auditoria incluiu, entre outros: (a) teste sobre o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos relacionados à determinação das estimativas para provisionar os valores em conformidade com prognóstico de perdas dos litígios; (b) Avaliação da suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos da Companhia; (c) realização de análise de probabilidade de perda, da documentação existente e das informações relacionadas aos principais processos e reclamações envolvendo a Companhia por meio de confirmação com assessores internos; (d) a obtenção e leitura de correspondências dos assessores jurídicos internos da Companhia, e indagação à Administração sobre natureza e riscos que envolvem as principais ações que a Companhia parte e (e) Avaliação da adequação das divulgações da Companhia em relação aos litígios provisionados e aqueles com prognóstico de perda possível.

Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado
A demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar,

foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas somente para fins de comparabilidade foram por nós examinadas que sobre elas emitimos relatório datado de 08 de fevereiro de 2023, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Concluímos, em nossa opinião, que a administração da Companhia é responsável pela veracidade e confiabilidade de seu Relatório da Administração e ao fazê-lo considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas informações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles que é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, a administração e a administração são responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, formada em conjunto, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas re-

levantadas quando, individualmente ou em conjunto, possuem influência, dentro de uma perspectiva razoável, sobre as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria suficientes para apoiar a conclusão de que não há distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que passa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção no nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificações em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Concluímos, em nossa opinião, que a administração da Companhia é responsável por assegurar que o relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Bernardo - SP, 09 de fevereiro de 2024.

BAZZANEZE Auditores Independentes S/S
CRC-PR nº 3.942/0-6
CVM Nº 5193

Ediclei Cavaleiro de Ávila
Contador CRC-PR 057250/O-9 T-RJ
CNAI Nº 5344

Karini Letícia Bazzaneze
Contadora CRC-PR Nº 051096/O-0
CNAI Nº 6254

Assurua 5 Energia S.A.

CNPJ: 38.286.323/0001-66

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais

Relatório da Administração: Prezados Acionistas, apresentamos a seguir as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Balancos Patrimoniais				
Ativo / Circulante	24.252	1.445	228.155	238.992
Caixa e equivalentes de caixa	5.432	1.401	194.463	238.358
Cientes	9.344	-	31.369	-
Outros créditos	2.428	4	2.323	634
Não circulante	1.112.628	776.256	1.047.642	778.397
Investimentos	1.112.628	776.256	1.047.642	778.397
Imobilizado	-	-	1.471.642	778.397
Total do ativo	1.136.880	777.701	1.699.797	1.017.389
Balancos Patrimoniais				
Controladora	2023	2022	2023	2022
Passivo e Patrimônio líquido / Circulante	32.872	190	375.336	23.962
Fornecedores	22.458	-	7.937	14.836
Obrigações trabalhistas e tributárias	565	21	6.696	1.658
Otras obrigações	9.849	169	22.703	7.468
Não circulante	-	-	558.253	215.916
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	555.900	215.916
IRPJ e CSLL diferidos passivos	-	-	1.233	-
Outras obrigações de longo prazo	-	-	1.960	-
Total do passivo	32.872	190	595.789	239.878
Patrimônio líquido	1.104.008	777.511	1.104.008	777.511
Capital social	393.558	147.212	393.558	147.212
Adiantamento para futuro aumento de capital	680.942	631.542	680.942	631.542
Reserva de lucros	29.508	-	29.508	-
Prejuízos acumulados	-	-	(1.243)	-
Total do passivo e patrimônio líquido	1.136.880	777.701	1.699.797	1.017.389
Demonstrações dos fluxos de caixa				
Controladora	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais	40.623	(1.204)	48.916	(975)
Ajustes:				
Resultado de equivalência patrimonial	(40.449)	1.175	-	-
Depreciação e amortização	-	-	4.486	-
Encargos financeiros sobre debêntures	-	-	655	170,28
Reciclagem financeira de aplicação financeira	(325)	(395)	820	(2.052)
Outros	(151)	356	71.505	(1.789)
(Aumento) redução nos ativos / Clientes	(9.344)	199	(31.369)	-
Outros créditos	(109)	(90)	(1.689)	171
Aumento (redução) nos passivos / Fornecedores	22.458	(120)	(6.899)	14.832
Obrigações trabalhistas e tributárias	544	(12)	5.238	1.595
Outras contas a pagar	(156)	(500)	5.399	5.794
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	13.242	(356)	42.185	20.417

Saldo em 31 de dezembro de 2021	Reserva de lucros		Reserva de (prejuízos) acumulados		Total
	Capital social	Reserva de lucros	Reserva de (prejuízos) acumulados	Total	
953	63.920	-	(39)	63.984	64.667
4.074	633.300	77.407	-	714.787	718.861
142.185	(696.320)	554.135	-	409.920	414.105
Saldo em 31 de dezembro de 2022	147.212	631.542	(1.243)	777.511	777.511
AFAC	-	265.900	-	265.900	265.900
Integração de AFAC	216.500	(265.900)	49.400	-	49.400
Aumento de capital com bens	29.846	-	-	-	29.846
Reversão de dividendos	-	-	-	-	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	(9.836)	(9.836)
Lucro do exercício	-	-	-	40.587	40.587
Destinação resultado	-	-	29.508	(29.508)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	393.558	680.942	29.508	(1.243)	1.104.008

Nota Explicativa: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas contábeis vigentes no Brasil, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

SERENA GERAÇÃO S.A.

CNPJ Nº 09.149.503/0001-06 - NIRE 35.300.613.09-1
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2024

Data, Horário e Local: 08/03/24, às 9h, na sede social da Serena Geração S.A. Convocação e Presença: Dispensadas, em razão da presença de todos os membros do Conselho de Administração. Mesa: Sr. Andrea Sztajn - Presidente; e Sr. Alexandre Tado Amoroso Suguita - Secretário. **Ordem do Dia:** (I) a prestação e constituição, pela Companhia, de garantia fiduciária, na forma de fiança ("Fiança"), com o objetivo de assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas pela Assurua 5 Energia S.A. ("Emissora") no âmbito da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fiduciária, em duas séries, no valor total de R\$ 8.225.000,00, da Emissora ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública sob o rito de registro automático, sob o regime de garantia firme de colocação, em conformidade com a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei de Valores Mobiliários"), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), com prazo de vigência de 11 anos e 3 meses contados da Data de Emissão, e das Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 17 anos e 3 meses contados da data de Emissão, vencendo, portanto, em 15 de junho de 2035 e 15 de junho de 2041, respectivamente ("**Data de Vencimento**"), sendo certo que, sob o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série (conforme definido na Escritura de Emissão, incidirão juros remuneratórios a serem definidos com base na taxa interna de retorno do Título Público Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B - NTN-B), com vencimento em 2030, a ser apurada conforme as taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA no fechamento do Dia Útil da data de realização do Procedimento de Bookbuilding, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa equivalente a 0,70% ao ano, base 252 Dias Úteis, e sob o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (conforme definido na Escritura de Emissão, incidirão juros remuneratórios a serem definidos com base na taxa interna de retorno do Título Público Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B - NTN-B), com vencimento em 2033, a ser apurada conforme as taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA no fechamento do Dia Útil da data de realização do Procedimento de Bookbuilding, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa equivalente a 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 Dias Úteis, observado que, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, os Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série e os Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série (conforme definidas na Escritura de Emissão) poderão (i) caso verificadas as condições ali estabelecidas, ser majorados em 1,00% (um inteiro por cento) ao ano caso as Garantias Reais das SPES Assurua 5 ou as Garantias Reais das SPES Assurua 4 (conforme definidas na Escritura de Emissão) não sejam constituídas em até 6 meses contados da Data de Emissão; e (ii) retornar ao patamar anterior 12 meses após a constituição das Garantias Reais das SPES Assurua 5 ou as Garantias Reais das SPES Assurua 4; (iii) a autorização e delegação de poderes aos administradores da Companhia para, direta ou indiretamente por meio de procuradores (e, caso por meio de procuradores, desde que devidamente constituídos de acordo com o Estatuto Social da Companhia e o Código Civil), tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou recomendados à realização da Emissão e/ou da Oferta, bem como à prestação e constituição da Fiança, incluindo, mas não se limitando, a discussão, negociação e definição dos termos e condições, bem como a celebração do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fiduciária Adicional, em Duas Séries, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, Destinada a Investidores Profissionais, da Assurua 5 Energia S.A." entre a Emissora, na qualidade de emissora e ofertante das Debêntures, a Companhia e a Serena Energia S.A. e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), na qualidade de agente fiduciário, representante dos titulares das Debêntures ("Debenturistas" e "Escritura de Emissão", respectivamente) e seus eventuais adiantamentos, do "Instrumento Particular de Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fiduciária, em Duas Séries, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Assurua 5 Energia S.A.", a ser celebrado com o Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"), a Companhia, a Emissora e as Fiaadoras ("Contrato de Distribuição") e/ou de quaisquer outros instrumentos, contratos, adiantamentos, declarações, requerimentos, termos e documentos relacionados à Emissão, à Oferta, à Fiança e/ou às Garantias (conforme definido na Escritura de Emissão), bem como outras providências e práticas, bem como a celebração do "Instrumento Particular de Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fiduciária, em Duas Séries, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Assurua 5 Energia S.A." entre a Emissora, na qualidade de emissora e ofertante das Debêntures, a Companhia e a Serena Energia S.A. e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), na qualidade de agente fiduciário, representante dos titulares das Debêntures ("Debenturistas" e "Escritura de Emissão", respectivamente) e seus eventuais adiantamentos, do "Instrumento Particular de Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fiduciária, em Duas Séries, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Assurua 5 Energia S.A." entre a Emissora, na qualidade de emissora e ofertante das Debêntures, a Companhia e a Serena Energia S.A. e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), na qualidade de agente fiduciário, representante dos titulares das Debêntures ("Debenturistas" e "Escritura de Emissão", respectivamente) e seus eventuais adiantamentos, do "Instrumento Particular de Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fiduciária, em Duas Séries, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Assurua 5 Energia S.A." entre a Emissora, na qualidade de emissora e ofertante das Debêntures, a Companhia e a Serena Energia S.A. e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), na qualidade de agente fiduciário, representante dos titulares das Debêntures ("Debenturistas" e "Escritura de Emissão", respectivamente) e seus eventuais adiantamentos, do "Instrumento Particular de Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fiduciária, em Duas Séries, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Assurua 5 Energia S.A." entre a Emissora, na qualidade de emissora e ofertante das Debêntures, a Companhia e a Serena Energia S.A. e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), na qualidade de agente fiduciário, representante dos titulares das Debêntures ("Debenturistas" e "Escritura de Emissão", respectivamente) e seus eventuais adiantamentos, do "Instrumento Particular de Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fiduciária, em Duas Séries, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Assurua 5 Energia S.A." entre a Emissora, na qualidade de emissora e ofertante das Debêntures, a Companhia e a Serena Energia S.A. e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), na qualidade de agente fiduciário, representante dos titulares das Debêntures ("Debenturistas" e "Escritura de Emissão", respectivamente) e seus eventuais adiantamentos, do "Instrumento Particular de Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fiduciária, em Duas Séries, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Assurua 5 Energia S.A." entre a Emissora, na qualidade de emissora e ofertante das Debêntures, a Companhia e a Serena Energia S.A. e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), na qualidade de agente fiduciário, representante dos titulares das Debêntures ("Debenturistas" e "Escritura de Emissão", respectivamente) e seus eventuais adiantamentos, do "Instrumento Particular de Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fiduciária, em Duas Séries, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Assurua 5 Energia S.A." entre a Emissora, na qualidade de emissora e ofertante das Debêntures, a Companhia e a Serena Energia S.A. e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), na qualidade de agente fiduciário, representante dos titulares das Debêntures ("Debenturistas" e "Escritura de Emissão", respectivamente) e seus eventuais adiantamentos, do "Instrumento Particular de Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fiduciária, em Duas Séries, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Assurua 5 Energia S.A." entre a Emissora, na qualidade de emissora e ofertante das Debêntures, a Companhia e a Serena Energia S.A. e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores